BURGUESIA, CLASSES MÉDIAS E ELITES LOCAIS NOS AÇORES (1850-1910)
Um estudo de caso sobre o distrito de Angra do Heroísmo

Paulo Silveira e Sousa

Introdução: burguesia e classes médias

Não é fácil construir uma definição clara para a burguesia, enquanto grupo social, na segunda metade do século XIX. Podemos optar por uma formulação muito simples que estabeleça que burgueses eram todos aqueles que detinham os meios de produção e não eram originários de linhagens fidalgas ou da nobreza local. Porém, estaríamos, por um lado, a colocar de parte os assalariados — como era o caso dos funcionários do Estado —, assim como os profissionais liberais; por outro, esqueceríamos muita da importância da pluri-actividade e de uma estrutura dos rendimentos, normalmente, segmentada em várias áreas e que activava diferentes formas de recursos, nem sempre materiais. Ambos estes traços acompanhavam de perto as sociedades oitocentistas. Por fim, acabaríamos por não dar a devida atenção às trajectórias, às disposições incorporadas, aos capitais simbólico, cultural e social herdados que contribuiam de uma forma decisiva para a posição dos indivíduos no espaço social e para a sua reprodução nas gerações seguintes.[1]

Para analisar e estabelecer as distinções entre os estratos burgueses vamos retomar uma divisão em vários grupos que utilizámos num trabalho anterior.[2] Como escrevemos então, os meios burgueses estariam divididos em três grandes fracções. A primeira formava o que podemos chamar de grande burguesia e incluía quer um patriciado urbano de antigas famílias de negociantes, de dinheiro velho, quer um mundo mais vivo de empreendedores de recente fortuna em ascensão pronunciada. Quase ao nível destes últimos em termos de reconhecimento social, mas com menor capital económico, embora, por vezes, possuindo capitais simbólicos, sociais e escolares mais elevados, encontramos uma segunda fracção, a que chamaremos classe média abastada; esta estava ligada às profissões liberais, ao emprego público e ao desempenho de cargos políticos, podendo ter uma ligação ocasional aos negócios, algum património fundiário e uma origem social em famílias de antigos morgados e do patriciado urbano. À terceira fracção daremos o nome de média burguesia ou classe média; ela era formada, no topo, por um estrato de comerciantes, normalmente ligados à distribuição, por algumas famílias descendentes de filhos segundos de morgados e burgueses abastados relativamente empobrecidas, mas ainda com a possibilidade de viver de pequenas rendas e negócios ocasionais; abaixo destes ficavam os pequenos funcionários, empregados dos serviços e todos aqueles que se localizavam nas fronteiras imprecisas entre a pequena burguesia e as classes populares.

Paulo Silveira e Sousa. Instituto Universitário Europeu de Florença.

A caracterização destes grupos revela-se relativamente difícil. Não abundam as fontes para determinar as fortunas dos principais negociantes, industriais, donos e escassos administradores de empresas ou de sociedades deste pequeno distrito açoriano. Todavia, os materiais disponíveis sobre os principais profissionais liberais, médicos e advogados, são ainda mais reduzidos. Tentaremos, assim, reconstruir estes grupos a partir da informação indirecta, que possuímos relativamente a parte dos seus elementos, oriunda em boa medida de inventários orfanológicos, genealogias e almanaques. Como corolário desta análise, centrada na cidade de Angra do Heroísmo e nas vilas das ilhas vizinhas, veremos como o senso comum oitocentista, que nos fala de cidades de província adormecidas e tradicionais esquece quer a existência de sectores burgueses influentes, quer um crescente dinamismo e modernização das estruturas sociais, económicas e políticas. Se é certo que a terra permaneceu o grande critério da riqueza, apesar da relativa redistribuição da propriedade realizada através da emigração para os EUA, a verdade é que as classes médias locais, associadas ao comércio, aos serviços e à administração pública foram tomando um papel crescente, perante a escassez e o abandono dos protagonistas oriundos dos grupos tradicionais terratenentes ou do patriciado urbano ligado ao capital e aos grandes negócios.

Classes médias, funcionários públicos e pequena burguesia

Se a caracterização dos grupos burgueses *latu senso* coloca problemas, a construção de tipologias de classificação social para as chamadas classes médias é outro assunto espinhoso. De facto, o que são as classes médias? Quais são as fronteiras existentes no seu interior e o que separa as suas fracções superiores dos grupos tradicionais? Onde começa e acaba a pequena burguesia? Fará esta parte das classes médias? O que as distingue nas suas posições mais baixas das classes populares? Como é que defrontamos estes problemas quando os relacionamos com a escala dos sistemas sociais locais que observamos?

Os próprios significados socialmente atribuídos à expressão classes médias tiveram uma longa história, plena de mutações. Do "just milieu" oitocentista — associado aos contribuintes líquidos dos cofres do Estado e ao país da representação censitária —, dos senhores das capacidades económicas e políticas, protagonistas por excelência do discurso da nova sociedade liberal, às classes médias modernas ligadas ao Estado e ao sector privado dos serviços, muita coisa se alterou. Em Portugal e no século XIX, as classes médias correspondiam aos grupos burgueses dotados dos capitais suficientes para lhes permitir o usufruto de direitos políticos e uma razoável, se bem que muito gradativa no seu espectro de casos, independência económica. Mas este conceito padece de excessiva fluidez e revela-se uma excêntrica prateleira de muitas definições possíveis.

Podemos tomar um conceito mais alargado de classes médias que inclua neste grupo a pequena burguesia, mas podemos também estabelecer fronteiras entre estas duas fracções. Mesmo que suponhamos que são diferentes, em qualquer uma delas encontramos situações de forte heterogeneidade, de mobilidade interna,

existindo limites imprecisos e facilmente transponíveis.[3] Supondo que criássemos uma definição de classes médias como sendo os grupos locais que vivendo de rendimentos não muito elevados, da terra ou dos negócios, ou ainda do desempenho de uma determinada profissão ou emprego público, não tiveram acesso a estes graças às heranças familiares ou ao prestígio herdado, estaríamos a restringir em grande escala este estrato social, sobretudo no que diz respeito aos níveis do topo e à questão da sua reprodução social, assuntos que aqui nos interessam particularmente. Na verdade, onde ficariam os filhos segundos das grandes famílias que para reproduzirem uma posição social aproximada recorreram ao aumento do seu capital escolar ou à sua ligação ao emprego público? Onde poderiam ser colocadas algumas dinastias da burguesia local em fase descendente ou em plena reconversão dos recursos económicos? A estrutura das classes constitui um universo onde os fenómenos de continuidade social são fortíssimos e inviabilizam a construção de conceitos a partir de apriorismos demasiado estreitos e rígidos. Definir as classes médias como um simples espaço aberto entre os ricos e os pobres é, pois, falacioso.

Poderíamos sempre falar de classes médias altas e classes médias baixas, mas o problema não ficaria resolvido. Da mesma forma, ele permaneceria se apenas nos cingíssemos a uma discussão entre velhas e novas classes médias, para diferenciar os que estavam ligados ao pequeno e médio comércio tradicional de retalho e à actividade artesanal, daqueles que surgiam vinculados à burocracia e aos novos sectores dos serviços. Porém, a ideia de uma grande divisão em dois grupos permanece operatória, tal como a ideia de que a fracção do topo está naturalmente mais próxima dos grupos tradicionais e daqueles onde se concentrava a riqueza, enquanto que a fracção da base se aproximava mais ou de movimentos de base populista, ou do operariado mais qualificado, tentando marcar sempre, nem que fosse por atributos simbólicos, uma fronteira face à pobreza e à despossessão de capitais, fantasma que a ameaçava nos períodos de crise e que podia mesmo conduzi-la a reacções de natureza conservadora.

Podemos, contudo, estabelecer alguns critérios básicos para falar de classes médias: 1) a posse de pequenos ou médios capitais e propriedades; 2) a existência de capitais escolares e de competências profissionais que lhes permitiam um trabalho livre ou assalariado em sectores normalmente mais modernos das economias com ligações privilegiadas à administração pública, ao comércio e ao sector privado dos serviços; 3) a posse de capitais simbólicos derivados da sua origem social ou do desempenho de cargos e profissões de alguma notoriedade pública. Dentro das classes médias separaremos dois grandes grupos, através do seu maior ou menor volume de capitais económicos, escolares, políticos, culturais, simbólicos e sociais. No entanto, mesmo no interior destes iremos estabelecer algumas fracturas. A primeira posição, a que chamaremos de classe média abastada, ou alta, correspondia quer aos filhos de várias gerações de burgueses grandes negociantes, profissionais liberais, empregados públicos de nível mais alto, quer aos descendentes de antigas famílias fidalgas que se viram na contingência de ir procurar a reprodução de uma posição social de algum destaque fora do círculo estreito do privilégio e da riqueza fundiária. Por vezes detinham ainda algum património imobiliário, uma boa casa,

uma quinta de recreio em São Carlos ou no Caminho do Meio e um estilo de vida que pouco os separava das grandes fortunas da terra e dos negócios. Igualmente, dentro desta primeira classificação, encontramos uma outra fracção apenas separada pelo menor capital social e simbólico, formada por *parvenus* recém-chegados aos melhores escalões do emprego público e às profissões liberais. Normalmente eles estavam mais arredados do convívio com a elite e do desempenho de cargos políticos de destaque.

Na segunda posição, que denominaremos de classe média ou média burguesia, vamos descobrir um grupo que agregava quer os funcionários públicos que se encontravam a meio da escala, quer os comerciantes de retalho e as médias fortunas do sector, quer algumas famílias descendentes de filhos segundos de morgados e de burgueses abastados já relativamente empobrecidas, mas que ainda possuíam algumas rendas e pequenos interesses. Se os comerciantes eram sem dúvida mais abastados, esta classe média semi-rentista tinha, com frequência, capitais escolares, simbólicos e sociais mais elevados. Na verdade, parte destes comerciantes podiam ser, inclusive, mais ricos que alguns dos membros das profissões liberais, que lhes estavam muito acima. Contudo, separava-os um fosso de maneiras, de símbolos de distinção, de acesso diferenciado a redes sociais e a parentelas e o facto de se encontrarem a trabalhar directamente nos seus pequenos negócios, com um ou dois empregados de balcão nos casos de maior importância.[4] Estes comerciantes estavam ao nível de muitos grandes lavradores letrados das freguesias, filhos e netos de camponeses abastados, donos de boas propriedades que exploravam parte directa e parte indirectamente, com recurso a assalariados. Se bem que as suas mãos já não guiassem a rabiça do arado e que a sua participação nos trabalhos agrícolas se ficasse, em grande parte, pela coordenação dos assalariados e dos criados da casa, eles estavam afastados dos centros, das redes sociais, sem o verniz de distinção, e eram olhados com alguma displicência pelos senhorinhos das repartições das cidades e das vilas.

No fim da escala desta média burguesia figurava uma última fracção que pode, de certa forma, ser descartada e formar uma terceira posição, dado que era, sobretudo, uma pequena burguesia que só começou a chegar a alguns lugares de destaque nas elites políticas locais dos pequenos concelhos e freguesias, no final do século XIX. Estava separada das restantes grandes posições por não deter, em regra, senão muito pequenos capitais e propriedades, menor escolaridade e prestígio social, estando mais sujeita às flutuações das crises e do desemprego. Aqui se concentravam todos os donos de muitos pequenos negócios, os empregados públicos dos níveis mais rasos e os novos assalariados do sector dos serviços.

O conceito de pequena burguesia apareceu associado nas visões marxistas mais tradicionais a uma classe em vias de extinção, condenada à proletarização e às influências políticas conservadoras e populistas dada a sua situação precária, vítima de uma inexorável evolução das sociedades a caminho de um maior fosso social. No entanto, a evolução verificada foi um tanto diferente. Diríamos mesmo que caminhou no sentido inverso. Grupos como os artesãos, os pequenos comerciantes e os lojistas e empregados dos serviços têm sido colocados, também, sob a designação de classes populares urbanas. O que, de facto, pode ser correcto. No entanto, vários

e importantes factores separavam-nos do operariado ou dos trabalhadores indiferenciados que em distritos periféricos e rurais eram o nível mais chão da estrutura social. Podemos dizer que estes grupos constituíam a fracção superior das classes populares urbanas, assim como os funcionários destacados e os profissionais liberais formavam a parte mais baixa da oligarquia dominante nas cidades da periferia. Tratavam-se, pois, de grupos fluidos e de transição.[5]

Os empregados do comércio, muitas vezes caixeiros letrados vindos de famílias do campesinato independente, tinham um nível de vida ligeiramente superior ao dos operários e um estatuto que, de facto, se afastava muito deles, dado que estavam separados do trabalho manual e dotados de uma maior escolarização e de algumas qualificações profissionais. Muitos deles, começando como assalariados, tinham como objectivo instalar-se, mais tarde, como proprietários de pequenos negócios. Uma estratégia que, na verdade, resultou para muitas pequenas empresas da cidade de Angra. As suas sociabilidades, as suas disposições corporais ou as roupas com que se cobriam marcavam ainda mais estas distâncias face a um operariado quase inexistente e a um campesinato ainda preso ao, socialmente desvalorizado, trabalho agrícola. Até posições intermédias existia mobilidade social. Mas para quem vinha de posições sociais baixas passar esta primeira fronteira era um acontecimento raro. O filho do camponês passava a caixeiro e daqui a pequeno lojista, quanto muito ascendia a médio comerciante, mas deste ponto para o topo a ascensão era mais difícil.

Se bem que as classes médias formem um dos nós essenciais dos regimes políticos oitocentistas, parece-nos que a pequena burguesia, longe de se caracterizar por um elevado mimetismo face às posições de quem lhe está acima, constituía um estrato muito politizado, mesmo nas periferias. Os burgueses pequeninos revelavam um relativo radicalismo político e uma elevada participação, sem nunca, no entanto, se confundirem com o operariado ou com as posições de mais extremo desafio à ordem política e económica. A pequena burguesia de Angra estava toda ela ligada às lojas onde se discutia a política local. Era a matéria-prima das sociedades recreativas e das filarmónicas, e, da parte respeitável dos cortejos que as seguiam por alturas das disputas eleitorais, em alegre e barulhenta algazarra, dando vivas aos seus chefes e candidatos. Muitos pequenos funcionários públicos, mesmo alguns artistas e alfaiates, escreviam nos jornais locais e, dotados de alguma oratória e dotes persuasivos, tornavam-se pequenos influentes.[6]

Podemos igualmente verificar como estas classes médias baixas, numa primeira fase sob o beneplácito das elites de origem tradicional e mais tarde sob o chapéu dos grandes comerciantes e negociantes, foram o motor e a razão de ser das associações de artistas, de várias colectividades culturais e do próprio *Montepio Terceirense*. Estas associações e colectividades são um fenómeno em crescimento em todos os pequenos centros urbanos de província e marcam o que podemos designar como um modo de vida e um modo de sociabilidade próprio da pequena burguesia e das classes médias. Aliás, é mesmo possível destrinçar e marcar fronteiras entre os vários grupos médios, tomando como medida a pertença a esta ou aquela associação e colectividade. Neste movimento associativo vemos como a pequena burguesia e as classes médias estavam empenhadas politicamente na disputa pelo

poder e pela visibilidade social, e também como estas associações serviam para se irem aproximando aos modelos culturais irradiados a partir de cima.

Para a pequena e média burguesia de Angra as hipóteses de mobilidade social eram mais abertas do que para os filhos dos pequenos funcionários, comerciantes e proprietários das vilas de São Jorge ou da Graciosa. Em Angra a existência de um Liceu e de maiores possibilidades de entrada no pequeno funcionalismo abriam portas que noutros espaços estavam fechadas ou nem sequer existiam. Alojar e alimentar um filho em Angra, durante anos, revelava-se para uma família das pequenas ilhas um contínuo contar de tostões, aos quais escapavam, um pouco, aqueles que tinham familiares estabelecidos na capital do distrito. Para proporcionar uma ida para a Universidade de Coimbra as dificuldades eram ainda maiores, o que não quer dizer que não tenham existido vários casos.

Com estas conclusões não queremos dizer que a pequena burguesia de Angra não era uma pequena burguesia no sentido em que o definimos no início deste artigo, ou que ela era diferente da dos grandes centros urbanos como Lisboa. O que queremos frisar é que no espaço social de um distrito rural e periférico como Angra este era um grupo mais restrito ao qual estava atribuída quer uma posição de maior destaque, quer papéis diferentes na gestão dos recursos e do poder. A escala a que se olha e as condições objectivas específicas que se observam num determinado sistema social criam uma configuração particular do espaço social onde se distribuem as classes. Numa capital com uma multidão de pequenos empregados públicos, dos serviços e do comércio que pouco mais eram do que pobres de gravata, com os casacos cerzidos pela noite dentro pelas suas filhas e esposas, este grupo via-se numa posição de menor relevo. Agora, num distrito de camponeses que ainda se vestiam com o jaquetão de lã da terra e que só calçavam sapatos para ir à igreja e à romaria, correndo descalços à frente dos touros nas tardes de Verão, o cenário era diferente.

Esta pequena burguesia foi-se desenvolvendo cada vez mais, a partir da viragem do século. E se não constituía um grupo social bem definido como nas grandes cidades de Lisboa e Porto foi, pelo menos, caminhando nesse sentido, ao mesmo tempo que a padronização dos consumos, de determinadas imagens, roupas e bens de uso quotidiano criavam uma aparência de maior igualitarismo entre as heterogéneas classes médias. Contudo, no caso de Angra, é possível que o fraco desenvolvimento urbano do distrito, possa ter feito com que o crescimento da pequena burguesia fosse mais lento do que noutros lugares, estabilizando, e em certos casos, fechando até as portas a uma maior mobilidade social a partir de baixo. Novamente, só trabalhos mais aprofundados nos permitirão encontrar respostas.

O funcionário público vindo de boas famílias da burguesia ou da fidalguia era, com frequência, simultaneamente, um pequeno ou médio proprietário, tendo ainda outros empregos como solicitador, notário, advogado provisional, etc., sendo, em certos casos, detentor de elevadas qualificações escolares. Como veremos com mais pormenor adiante, nas últimas décadas do século XIX muitos destes empregados do Estado e membros das profissões liberais tinham um capital simbólico acrescido e uma tradição familiar de contínua ligação à política e ao desempenho de cargos públicos, que reforçavam a sua legitimidade como protagonistas políticos, mesmo depois de já se

terem desfeito os morgadios e vendido os foros e as grandes propriedades que haviam sustentado as suas famílias até à geração de seus pais ou avós.

A um outro nível, mas igualmente ligado ao Estado, o pequeno burocrata tinha da mesma forma a segurança do emprego, dos rendimentos e ainda uma autoridade que lhe vinha do seu estatuto. Com estas vantagens materiais e simbólicas o funcionário era um pequeno senhor, mesmo que não possuísse nenhum diploma formal. No entanto, na administração periférica do Estado e entre a pequena burocracia muitos funcionários não eram nomeados por concurso, oscilando nos cargos ao sabor das flutuações políticas, mudando de emprego da secretaria da câmara para a administração do concelho, de escrivães, aspirantes ou fiscais da Fazenda ou da Alfândega para o comissariado da polícia, podendo ainda passar por algumas travessias no deserto em que apenas lhes sobrava o pequeno património herdado.[7] Não espanta, pois, que eles se envolvessem directamente e com vigor na vida política local. Esse envolvimento, tal como a lealdade ou a ligação familiar a algum cacique, eram condições de sobrevivência para se manterem em qualquer cargo e para desfrutarem de uma visibilidade acrescida.[8] Se os professores tal como os magistrados não estavam tão ameaçados pelo espectro da demissão, tinham contra eles o fantasma das transferências para povoações ignotas, onde quer a sua vida, quer a progressão na carreira se tornariam mais difíceis.

No final do século, a contínua expansão dos serviços públicos e dos aparelhos militares nacionais fez com que aumentasse a procura das qualificações típicas das classes médias, tradicionalmente letradas.[9] Por outro lado, os candidatos de origem fidalga ou da nobreza local não eram, por si só, suficientes para completar estes novos quadros, ao mesmo tempo que enquanto conjunto se iam, também, reduzindo em número e influência. Pensamos que este mecanismo abriu quer a administração, quer o aparelho militar a novos grupos vindos, cada vez mais, das classes médias e em alguns casos da pequena burguesia, passando a funcionar como um novo canal para a mobilidade social. No entanto, à falta de mais informações quantitativas sobre a construção do Estado em Portugal, estamos novamente a trabalhar baseados em hipóteses.[10]

Uma carreira no exército podia ser igualmente uma boa maneira de manter uma certa posição social, aproximada à da família de origem, sem denotar grandes descidas, ou de começar uma mobilidade ascendente. Infelizmente, pouco se conhece quanto à composição social do Exército português durante a segunda metade do século XIX para poder avançar mais. De qualquer forma, pensamos que, pelo menos ao nível do pequeno e médio oficialato, a carreira das armas constituiu uma via aberta para a ascensão social, sobretudo depois das Invasões Francesas, da Guerra Civil e de toda a agitação político-militar que marcou o Portugal anterior à Regeneração. Numa cidade provinciana como Angra os oficiais do Castelo de São João Baptista, mesmo que vindos de famílias modestas e desconhecidas no meio local, chegavam e, após algumas provas rituais, integravam-se bem entre a gente média da cidade. Eventualmente podiam casar-se com as filhas segundas de uma família importante ou com um ramo secundário e mais empobrecido de famílias fidalgas.

A integração no exército, para aqueles que vinham de famílias locais mais modestas, oriundas de meios rurais ou de outras ilhas mais periféricas, podia ser,

de igual modo, o início de uma etapa decisiva na formação de um novo agregado em ascensão. O percurso era garantido, sobretudo se as estratégias de casamento fossem bem sucedidas e se o aumento e a reprodução do capital escolar se revelassem constantes ao longo das gerações. Um bom exemplo poderá vir da família de António de Ávila Gomes, patrão-mor do porto de Angra, pequeno industrial com algum peso político nos meios mais avançados, sendo um declarado entusiasta da autonomia das ilhas. Filho de abastados lavradores do Pico, que entre uma mão cheia de vacas e umas pipas de vinho, o pequeno oficialato das milícias e uns familiares padres e tesoureiros da paróquia se mantinham no topo da estrutura social das pequenas freguesias, António casou com a filha dum morgado da mesma ilha, de fortuna relativamente modesta, mas cujos descendentes se ligaram de forma duradoura ao emprego público e à pequena notabilidade, revelando um permanente aumento dos capitais escolares das novas gerações. Os filhos de António de Ávila Gomes, Amaro, Manuel e Francisco de Azevedo Gomes foram já oficiais da marinha e do exército de destacada patente. Sempre em estreita ligação com a família materna todos eles se casaram ou com meninas da classe média mais distinta, ou com filhas de recentes titulares do liberalismo. A terceira geração estará já bem assente no centro, morando entre Lisboa e as praias do Estoril, sendo quase todos eles altos funcionários públicos, políticos, professores universitários, militares, engenheiros, ministros e doutores vários.[11]

No distrito, ao nível dos desempenhos políticos, podemos encontrar uma clara diferença entre a grande burguesia e a classe média alta, de um lado, e a pequena e média burguesia, de outro. Se as primeiras se ocupavam do espaço de intermediação com o centro, as segundas ficavam sobretudo remetidas para as posições secundárias do espaço político local. Podemos, portanto, afirmar que estas pequenas e médias burguesias concentravam a sua esfera de actuação no nível municipal, atingindo no máximo as juntas distritais, deixando para os outros a participação nos canais directos com o centro. Por exemplo, comerciantes de loja posta como Luís Manuel de Matos Faria, Francisco José da Costa Vidal, Emílio Borges Ávila e Manuel Alves de Bettencourt,[12] estiveram presentes na mesa e nas vice-provedorias da Misericórdia, na direcção de algumas caixas económicas, tendo alguns deles feito parte das vereações camarárias, desenvolvendo um trabalho activo no enquadramento eleitoral local.

Se os artesãos e pequenos comerciantes se aproximavam mais das suas origens populares, os funcionários públicos, os comerciantes em ascensão e com volume e os profissionais liberais pendiam mais para as posições de elite, quer nos estejamos a referir ao nível político ou às disposições e modos de vida. As classes médias e a pequena burguesia tinham, pois, uma elevada diversificação interna que mostrava fracturas que dificilmente nos poderiam levar a falar delas como um grupo ou uma classe social. E se a mobilidade dos grupos que estavam mais abaixo era fraca, os que estavam do meio para cima davam conta de uma continuidade das posições sociais elevada.

Numa cidade e em vilas tão periféricas e rurais estes grupos estavam longe de ser uma classe média moderna. No entanto, a sua mobilização e participação política era forte, se bem que não existisse a consciência de formarem um grupo ou uma

classe com interesses próprios. Contudo, grande parte destas afirmações tem que ser novamente testada em investigações futuras. O facto é que pouco sabemos ainda sobre as dinâmicas da mobilidade social, sobre as trajectórias familiares e sobre os rendimentos e as sociabilidades dos grupos médios portugueses durante o século XIX, sejam eles do centro ou da periferia.[13]

Um pequeno mundo de gravatas e fardas: médicos, advogados, militares e professores do liceu

Dentro das classes médias associadas a maiores capitais escolares os médicos e advogados constituíam uma espécie de aristocracia, logo seguida pelos militares de média patente e pelos professores de Liceu. Ao nível da pequena burguesia eram os secretários das câmaras e administrações dos concelhos, alguns amanuenses, bem como os professores primários, por vezes, colaboradores de algum jornal ou envolvidos no associativismo local, que ocupavam os lugares equivalentes.

As classes médias altas do funcionalismo público mais prestigiado e melhor remunerado, das profissões liberais e da política, eram heterogéneas quanto à sua origem social. No entanto, pela nossa amostra, parece-nos que elas englobavam, com poucas excepções, aqueles cujas famílias já se encontravam do meio para cima da tabela dos lugares de classe e que não só se casavam entre si e com filhas de negociantes, como também já o faziam com secundogénitos de fidalgos e morgados.

A trajectória de duas famílias, os Rochas e os Monjardinos poderá dar-nos uma boa ilustração dos percursos da burguesia e da classe média mais ou menos abastada da Terceira. A Família Rocha, originária de Viana do Castelo, começou a sua ascensão ligada ao grande comércio. Fernando Joaquim de Sousa e Rocha herdou de um tio, Manuel Lourenço Viana, muitos dos seus bens em Angra, tendo comprado outros tantos aos restantes herdeiros deste. Ao contrário do que diz Eduardo de Azevedo Soares, Fernando Joaquim não seria um dos maiores proprietários da ilha, embora a herança de seu tio e o exercício do cargo de tesoureiro da Real Fazenda lhe devessem ter dado alguma preponderância no meio local. Na segunda geração iniciaram-se os casamentos com secundogénitos de famílias fidalgas ou nobres. O filho de Fernando Joaquim, Fernando Maria de Sousa Rocha, casaria com uma filha do morgado Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, e a sua filha Carlota Augusta com Manuel Augusto Coelho Borges. Os filhos de Fernando Maria continuariam a casar com algumas das famílias ricas ou pelo menos abastadas e cultas de Angra. Uma sua filha seria esposa de Emídio Lino da Silva, outra de Júlio Pamplona Corte Real, e uma terceira de João Marcelino de Mesquita Pimentel, proprietário, negociante e pequeno industrial de pouca sorte, descendente de capitães-mores das Flores, de quem era filho o jornalista e escritor lisboeta Alfredo de Mesquita. Na terceira geração, Fernando Rocha, o filho de Fernando Maria, formar-se-ia bacharel em Filosofia e Direito por Coimbra. Amigo e confidente de Antero de Quental, em casa de quem este ficaria alojado nas suas viagens à Terceira, Fernando Rocha foi um advogado e influente político de destaque, muito conhecido pela sua torrencial veia oratória, cujo exemplo foi decisivo para o início da

carreira de seu sobrinho, o político, deputado e futuro par do reino, Jacinto Cândido da Silva.[14] A quarta geração desta família continuaria bem instalada na classe média, mas cada vez mais dependente do emprego público e do capital escolar. Artur Fernando Rocha, médico e professor do liceu, fixar-se-ia no continente, e a sua irmã casaria com um primo, Luís Augusto Pamplona Coelho Borges, em 1908, sub-inspector da Alfândega de Lisboa.[15]

Quando Fernando Joaquim, o patriarca, morre em 1860, deixa bens avaliados no valor de 41 contos. No seu inventário eram numerosos os móveis que compunham o interior das confortáveis moradias de Angra e da quinta da Terra Chã, e, variadíssimos os objectos em prata e ouro; no valor de cerca de dois contos e trezentos mil réis eles somavam ao todo 64 artigos. Os bens imobiliários totalizavam 36 prédios. Para além dos múltiplos foros e domínios directos a trigo, destacavam-se pomares de laranja no Corpo Santo, a quinta com sete hectares na Terra Chã, as casas nobres de sua residência na rua de Jesus, e seis casas altas, todas no perímetro urbano de Angra. Das várias casas e pomares, uma parte tinham sido comprados ao longo da sua vida, evidenciando uma estratégia de investimento na terra e em especial em prédios dedicados a culturas de elevado rendimento. A sua quinta na Terra Chã, herdada do tio negociante, marca claramente um estilo de vida de elite que os descendentes não puderam manter. Os netos e bisnetos de Fernando Joaquim, ainda detentores de algum património, viviam confortavelmente, mas já, maioritariamente, dependentes dos seus salários e rendimentos do trabalho.[16] Trajectórias semelhantes de cruzamento com outros membros da elite, de contínua aproximação ao emprego público e de aumento do capital escolar podem ser observadas no caso de outras famílias que se encontravam na mesma posição, entre as classes médias abastadas e o patriciado urbano, como era o caso das dos médicos Rodrigo Zagalo Nogueira e José Augusto Nogueira Sampaio, eles próprios tio e sobrinho.[17] Nestes como nos outros casos, o importante a reter é que o verniz acrescido pelos diplomas nunca cessaria de ganhar peso ou de se reproduzir.

José Inácio de Almeida Monjardino pode servir de exemplo para uma classe média alta quase a atingir o patriciado urbano, sem grandes capitais económicos mas com um reconhecimento social assinalável. A sua estratégia de distinção foi bem evidente desde a sua chegada a Angra. Tendo passado pelo lugar de secretário geral do governo civil na década de 1840, instalou-se em seguida nos negócios e foi, durante décadas, o procurador todo poderoso da imensa *casa* Canto. José Inácio casou, sucessivamente, com uma filha do morgado Vital de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos e depois com uma filha do 1.º Conde da Praia da Vitória. Os seus filhos e descendentes integrar-se-ão nos empregos públicos, alguns chegarão aos bancos de Coimbra e casar-se-ão, da mesma forma, com filhas segundas de grandes famílias fidalgas já sem importantes capitais económicos. Numa estratégia de clara afirmação e de procura de prestígio, José Inácio pediu carta de brasão de armas em 1865, sendo mais tarde agraciado conselheiro e comendador. A sua ligação à política do distrito foi muito estreita, tendo passado pelas vereações camarárias, pelo conselho de distrito, junta geral e pelo cargo de governador civil substituto. Em data que não pudemos precisar, comprará uma boa casa ao morgado e par do Reino, Miguel do Canto e Castro, vizinha ao solar de N.ª Sr.ª dos Remédios.[18] Os seus

Quadro 1 Composição do património do casal Jorge de Almeida Monjardino e Maria de Ornelas Bruges Monjardino em 1885

Componentes	Valor em mil réis	Percentagem
Dívidas Activas	2.545$	15,5
Bens de Raiz	8.920$	54,5
Dinheiro	-	-
Apólices e Títulos	3.750$	22,9
Ouro e Prata	420	2,6
Recheio da Casa	745	4,5
Dívidas passivas	6.189$	37,8
Património Ilíquido	16.380$	100
Património Líquido	10.191$	62,2

Fonte: BPARAH, Inventários Orfanológicos de Angra, maço 893, ano de 1885.

descendentes continuariam a casar com as melhores famílias de Angra, no núcleo das quais, apesar de recentes, já estavam bem estabelecidos.

Como se poderá ver pelo inventário de Jorge de Almeida Monjardino, filho do comendador José Inácio, o quotidiano desta classe média caracterizava-se por uma vida burguesa, confortável e culta, sem grandes luxos ou extravagâncias, mas onde os contactos com os ricos não eram por isso desconhecidos. Do recheio da casa de Jorge Monjardino, que era na altura do seu falecimento o tesoureiro pagador do distrito de Angra, faziam parte 150 volumes de livros de estudo, literatura e romances de autores portugueses e franceses, *fauteils* de veludo e porcelanas várias, assim como um relógio de parede e um piano. Contudo, as inscrições da dívida pública existentes haviam sido emprestadas pelo pai, para Jorge poder aceder ao seu emprego. Os descendentes deste último continuaram uma trajectória ascendente, embora apenas um tenha seguido estudos universitários. Porém, todos eles casaram com militares influentes de famílias da classe média de Angra, como o atrás citado Francisco de Azevedo Gomes, ou com os descendentes já empobrecidos de grandes morgados, cujos apelidos sonoros eram ainda fonte para reivindicar algum capital social e simbólico. Os descendentes de Jorge Monjardino que permaneceram na Terceira continuaram a pertencer à notabilidade da cidade, passando pelos assentos da vereação e da presidência da câmara e pelos lugares cimeiros da junta geral; aqueles que abandonaram as ilhas, tiveram carreiras importantes na medicina, no meio académico e algumas passagens pela política, casando-se com filhas de catedráticos de Medicina ou com professores de Engenharia muito envolvidos na política nacional.[19] Para estes últimos a ligação ao centro e às elites da capital consumava definitivamente a passagem para novos círculos de poder.

Para os descendentes das antigas elites tradicionais e da grande burguesia esta nova posição ligada ao Estado, à política e às profissões liberais era um lugar de prestígio, onde já sem os elevados rendimentos da terra se podiam ainda afirmar como pertencendo à elite. Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges, advogado, filho de Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges e neto do 1.º conde da Praia da Vitória pode ser aqui um bom exemplo.[20] No seu inventário orfanológico, em 1910,

surgem já poucos bens imóveis, apenas sete, mesmo que entre estes não falte a tradicional quinta de recreio no Caminho de Baixo, agora convertida em residência. Dentro do conjunto apareciam também as mais modernas inscrições da dívida pública consolidada, junto com dívidas a instituições de crédito local. Era um comportamento normal entre quem não tinha grande fortuna, mas retirava já do seu trabalho o sustento e a possibilidade de pequenos negócios e alguma poupança.

Para os filhos de comerciantes e mesmo grandes negociantes de fortuna recente, o capital escolar era a grande porta pela qual, com um canudo de doutor na mão, se entrava para o círculo da mais respeitável sociedade, em cujo seio os seus descendentes poderiam vir a casar. Para aqueles cujas famílias de origem já se encontravam instaladas neste segmento, tratava-se de uma reprodução fácil do lugar dos seus ascendentes, auxiliada pela necessária obtenção de equivalentes ou superiores capitais escolares. De facto, as classes médias ligaram-se duradouramente à escola e à aquisição de capitais culturais. Estes viriam, aliás, a constituir um dos mais importantes canais quer de reprodução, quer de mobilidade social nas sociedades contemporâneas ou em transição.[21]

Dos estudantes do distrito a frequentar a Universidade de Coimbra em 1890, cinco eram naturais da Terceira e três de São Jorge, não havendo nenhum da Graciosa. Destes cinco, só o referido Pedro Paim de Ornelas Bruges era oriundo de uma antiga família da fidalguia local, os outros vinham da rica burguesia angrense, como era o caso de Jacinto Carlos da Silva, ou das classes médias e pequena burguesia, como acontecia com Rui Teles Palhinha, Francisco dos Reis Fisher ou Manuel António Lino Júnior. No caso de São Jorge, José Ernesto de Amorim era filho de um abastado cura do Topo, Manuel de Azevedo Enes, sobrinho do Bispo de Portalegre, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, o terceiro, Manuel Borges de Ávila, não conseguimos identificar.[22] A lista dos licenciados naturais do distrito, que Alfredo Luís de Campos publicou na sua *Memória* em 1903, vem novamente reforçar esta ideia de um claro domínio da média burguesia e da classe média abastada enquanto principais grupos sociais de origem dos novos doutores.[23]

Entre os filhos dos grandes proprietários das freguesias rurais e dos pequenos morgados, uma descida para a pequena burguesia do emprego público não era uma trajectória de grande queda. Mas para poder ter uma ideia das transformações destes grupos médios teríamos que analisar e quantificar mais cuidadosamente as suas trajectórias, utilizando amostras mais numerosas. Qual teria sido a mobilidade social a partir das fracções mais baixas para estas novas posições? E afinal qual a influência que uma fraca, ou forte, mobilidade social poderia ter na reprodução do espaço social local e numa relativa cristalização, ou abertura, do mesmo? De qualquer modo, parece-nos que a mobilidade social a partir de baixo existiu, mas foi escassa, contribuindo para que, apesar de todas as mutações, permanecesse uma sociedade com características e posições sociais bem marcadas. Esta reprodução poderia assim ter levado a uma maior cristalização dos comportamentos e dos *habitus* que no fundo dariam a impressão, ao olhar menos atento, de que tudo tinha permanecido igual.[24]

Para quem vinha dos segmentos médio-baixos do espaço social é provável que a integração no emprego público só se tenha revelado um mecanismo de

mobilidade social normal a partir de finais do século XIX, quando o próprio sistema de concursos se tornou mais generalizado. Nas periferias, pensamos que até pelo menos esses anos o emprego público foi, maioritariamente, uma almofada para os filhos das pequenas burguesias escolarizadas, das classes médias ou das elites sociais em queda virtual no espaço social. Mas todas estas afirmações, se bem que interessantes, pedem novos trabalhos.

Quando vindos das fracções mais abastadas e dotadas de capitais não é de estranhar que estes médicos, advogados, militares de patente e funcionários públicos não encontrassem quaisquer problemas em ser reconhecidos e em jogar as regras do *status* da elite do distrito. Quando não eram originários das "boas famílias" tentavam a todo o custo reproduzir e manter as maneiras, a aparência, os consumos e as disposições o mais próximo possível das elites do distrito, com quem acabavam por partilhar os salões da Assembleia Angrense. Muitos dos seus filhos iam para os melhores colégios da cidade ou para o liceu, de onde eram enviados para Coimbra. A música, o teatro, a leitura de romances e jornais, a ligação à beneficência pública faziam parte de todo um *ethos* que se aplicava colectivamente ao grupo e que eles partilhavam, ou, pelo menos, em relação ao qual tentavam manter uma aproximação o mais fiel possível. Com o passar do tempo e a contínua dissolução das famílias dos morgados e fidalgos estas características foram marcando e homogeneizando todos os protagonistas da nova e mais heterogénea elite do distrito.

Esta identidade colectiva era reforçada pela troca de sociabilidades, de tempos e espaços de lazer que cimentavam ainda mais as alianças e abriam espaço para um maior intercâmbio e mistura entre os vários estratos. Esta estabilidade das regras, dos comportamentos e das sociabilidades, assim como o seu papel agregador, manteve a estruturação da sociedade local sob uma aparência de continuidade, mesmo que esta não se revelasse tão coerente quando se olhava com intensidade para a origem e trajectórias sociais de boa parte dos novos membros da elite.[25]

Dentro deste heteróclito grupo de classes médias quem tinha lugar, sem sombra de dúvidas, junto das elites de distrito eram as profissões liberais. No entanto, tal apenas seria verdade para os advogados e médicos licenciados residentes em Angra e para muitos poucos outros casos nas vilas das restantes ilhas. Aqui, a sua importância não ultrapassava os limites fragmentados dos pequenos territórios onde estavam instalados. As informações que possuímos limitam-se, por agora, aos reitores do Liceu de Angra, aos advogados e aos médicos que exerciam no distrito. Notários, conservadores do registo predial, escrivães dos tribunais de comarca, escrivães da Fazenda e das câmaras municipais, professores do liceu, da escola normal, administradores dos concelhos, oficiais do exército, funcionários superiores das repartições do governo civil, da alfândega, das obras públicas e da Fazenda, todos eles, ficarão para nova oportunidade.

Embora o papel, origem social e actividades políticas e profissionais dos reitores dos liceus tenham estado um pouco esquecidos, convém recordar a sua centralidade nas instituições estatais do distrito. Tratava-se quer de um cargo prestigiado, quer de um lugar remunerado que se poderia acumular com outras funções. Ele demonstra, mais uma vez, como era fluido este universo das classes médias das cidades de província, onde os protagonistas oscilavam nos cargos, dependendo de

Quadro 2 Reitores do Liceu de Angra 1851-1904

Nomes	Formação Superior	Outras Actividades	Posição Social
Padre Jerónimo Emiliano de Andrade	-	Professor, erudito	"humilde pelo nascimento"
António Moniz Barreto Corte Real	Bacharel	Advogado	Fidalguia
Dr. José Augusto Nogueira Sampaio	Bacharel	Médico	Classe média alta
João Álvaro de Brito Albuquerque	Bacharel	Jornalista	Fidalguia
Frederico Augusto Lopes da Silva	Bacharel	Farmacêutico, prov. da Misericórdia	Classe média

Fonte: Alfredo Luís de Campos (1903) *Memória Sobre a Visita Régia à Ilha Terceira*, pp. 350-353.

ligações, de empenhos e de um instável protagonismo político. A pluriactividade era pois uma garantia de sobrevivência e, também, uma forma de reproduzir a sua posição, o seu prestígio e influência, jogando em vários campos diferentes.

Entre os reitores do liceu de Angra começamos por encontrar a mesma mistura de fidalgos e filhos das classes médias cultas. Ou seja, os mecanismos de reprodução de uma posição social idêntica ou pelo menos próxima da do ascendente ou ascendentes, mesmo que não seja muito elevada, mantêm-se bem notórios. Por outro lado, a abertura aos recém-chegados é igualmente visível.

E se a presença de um Padre, como Jerónimo Emiliano de Andrade, na lista dos reitores pode parecer ligeiramente estranha numa escola teoricamente secularizada, para a entendermos bastará lembrar quer o papel contínuo que o clero teve na educação oitocentista, quer o seu carácter de erudito e historiador local, liberal convicto com uma boa folha de serviços prestados à causa. Todos estes reitores, à excepção do discreto e erudito padre, tiveram um papel importante noutras instituições locais como vereações, juntas gerais, ou no conselho de distrito. Alguns dos nomes não são também desconhecidos na Provedoria da Misericórdia, no cargo de juiz substituto, nas folhas dos jornais ou como advogados. Este era o tempo em que mesmo nas periferias o pequeno profissional das letras, o político e o burocrata se cruzavam na mesma posição social.

Através dos dados disponíveis no quadro 3 podemos novamente observar a clássica mistura formada por famílias fidalgas ou seus ramos secundários já relativamente empobrecidos, gente oriunda das classes médias abastadas e alguns recém-chegados à riqueza com uma estratégia clara de aposta no capital escolar. Este era o caso de Luís António Nogueira, filho de um negociante de recente fortuna, mas fadado aos altos voos de futuro director-geral da administração política e civil do Ministério do Reino.[26] Outros exemplos de estratégias comuns poderiam vir de José Prudêncio Teles de Utra Machado, cujo filho seria igualmente bacharel em Direito, tendo chegado a chefe de repartição do Ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos; um dos netos seguiria as mesmas pisadas na universidade de Coimbra. Por sua vez, António Teles Palhinha seria pai de um funcionário da Fazenda que começando como escrivão terminaria a carreira delegado do Tesouro e inspector dos mesmos serviços; um dos seus netos, bacharel em Filosofia, seria professor e reitor de Liceu em Lisboa, tendo ainda chegado a lente da Escola Politécnica.[27]

Quadro 3 Advogados a exercer na cidade de Angra do Heroísmo em 1856

Angra	Nome	Grau	Posição social da família de origem
	António Moniz Barreto Corte-Real	Bach. Dir.	Fidalguia
	António Teles Peixoto Gutierres Palhinha	-	Classe média
	Francisco de Bettencourt Pereira e Melo	-	Classe média
	José Augusto Cabral de Melo	Bach. Dir.	Fidalguia
	José Prudêncio Teles d'Utra Machado	Bach. Dir.	Classe média
	José Tristão da Cunha Bettencourt da Silveira	-	Fidalguia
	Luís António Nogueira	Bach. Dir.	Classe média
	Manuel José Pereira de Bettencourt	-	Classe média

Fonte: *Almanaque de Portugal para 1856*, Lisboa: Imp. Nacional, p. 383.

Quadro 4 Advogados existentes em Angra em 1873 e nos restantes concelhos do distrito em 1875

Localidades	Nomes	Bacharel	Posição social da família de origem
Angra (1873)	António Cândido de Oliveira Figueiredo	Sim	-
	António Moniz Barreto Corte Real	Sim	Fidalguia
	Fernando Rocha	Sim	Patriciado urbano
	José Feliciano Vaz Pinto da Veiga	Sim	-
	José Tristão da Cunha Silveira Bettencourt	Não	Fidalguia
	Francisco de Bettencourt Lopes Pinheiro	Não	-
	Félix José da Costa	Não	Classe média
	António Teles Peixoto Gutierres Palhinha	Não	Classe média
	Manuel José Pereira de Bettencourt	Não	Classe média
	Gonçalo Roiz da Câmara Lima	Não	-
Praia	António Leonardo Parreira	Não	Grandes proprietários
	Francisco Luís de Araújo Júnior	-	-
Santa Cruz da Graciosa	Barão de Guadalupe	Sim	Fidalguia
	Francisco Jerónimo de Sousa e Silva	Não	-
Velas	João Borges Cândido da Silveira	Não	Médios proprietários rurais
	Anselmo de Sousa Bettencourt e Silveira	Não	Médios proprietários rurais

Fontes: *Almanaque Burocrático Geral, Distrital e Concelhio para 1875*, Lisboa, Empresa Editora Carvalho e Cia, 1874, pp. 510-512; e *Almanaque Insulano para Açores e Madeira., Estatístico, Histórico, Literário para o ano de 1874*, por A. Gil, Augusto Ribeiro, F. J. Moniz de Bettencourt, 1.º ano, Angra: Tipografia da Terceira, 1873.

No quadro 4 repetimos os dados para Angra, em 1873, e para a Praia da Vitória, a Graciosa e São Jorge em 1875. Para além da longa permanência no exercício desta profissão é curioso confirmar a ligação entre as actividades jurídicas e o exercício ocasional de pequenos cargos políticos e administrativos. Na Graciosa, o barão de Guadalupe, para além de fidalgo e proprietário, era presença constante nas pautas municipais e nas mesas da misericórdia. Em São Jorge, João Borges Cândido era um dos escrivães da administração judicial, e havia sido, cerca de 10 anos antes,

em 1865-66, escrivão da câmara de Velas, cargo que Anselmo de Sousa Bettencourt da Silveira — filho de um padre cura que terá uma meteórica carreira na política jorgense —, ocupou entre 1867 e 1878, tomando, outra vez, este lugar entre 1895 e os primeiros anos de 1900.[28]

Quanto a Angra, Félix José da Costa era segundo oficial do governo civil, lugar em que foi aposentado, e cavaleiro das Ordens de Cristo, Conceição e São Tiago.[29] O seu filho, Félix José da Costa Sotto Maior, licenciou-se em Coimbra e foi advogado, notário, professor e reitor do Liceu em Ponta Delgada; os netos continuaram a cursar nas universidades e nas escolas superiores ligando-se ao emprego público e ao exército.[30] Manuel José Pereira de Bettencourt foi por vários anos presidente da câmara, sendo um pequeno negociante e prestamista, sogro de um conhecido negociante e capitalista, Frederico Augusto de Vasconcelos Sénior, cujo filho continuaria a fortuna na próspera indústria do álcool já na viragem do século.[31]

Tal como um saber científico, o conhecimento das leis e das práticas jurídicas constituía um campo restrito e facilmente colocado à parte dos não-iniciados. Sendo escassa a distribuição destas competências os seus detentores viam-se senhores de um prestígio social acrescido. A administração pública local e as actividades profissionais na área jurídica eram campos intermutáveis e complementares para as classes médias e os influentes locais. A banca de advogado, solicitador ou notário servia, com frequência, como o lugar de descanso quando o partido político mudava e um determinado influente era obrigado a retirar-se. Perceber bem as leis era fundamental para o desempenho de cargos públicos e burocráticos. O trato frequente neste universo de normas e procedimentos proporcionava aos seus protagonistas um *savoir faire* e o conhecimento dos circuitos, formais e informais, do poder, cujo uso nas pequenas batalhas ou nos pequenos actos jurídicos se tornava imprescindível. Em 1905, o mesmo João Borges Cândido é um dos notários de Velas. Por sua vez, Constantino José Cardoso Júnior, advogado em 1905 na comarca da Praia da Vitória, foi presidente e secretário da câmara do concelho do mesmo nome, sendo ainda um influente de destaque, e, presença assídua nos jornais progressistas. No caso da Graciosa, em 1908, Francisco Teles Pinto de Leão era também o administrador do concelho de Santa Cruz.[32]

Analisando a lista dos advogados em 1905 e 1908 (quadro 5) vemos como a reprodução nestas actividades e posições era igualmente forte. Por exemplo, João Torcato Coelho da Rocha, advogado e secretário-geral do distrito, era filho de Manuel Basílio Coelho da Rocha que fora advogado de provisão, administrador do concelho, comissário de polícia interino, vereador da câmara e vogal da junta geral. João de Barcelos era filho de outro bacharel em Direito, juiz de comarca numa ilha próxima. Um filho de Francisco Teles Pinto Leão licenciou-se em medicina pela Escola do Porto em 1901 e foi médico nas Flores.[33] Pedro Álvares Paim de Bruges era filho de Teotónio Simão de Ornelas Bruges, que teve uma longa carreira no desempenho de cargos públicos e políticos. Quer Pedro quer Teotónio, seu pai, quer João de Barcelos eram simultaneamente notários, e no caso de António da Fonseca Carvão a acumulação fazia-se com a função de conservador do Registo Civil e professor da Escola Normal do distrito. Todos estes quatro indivíduos, aos quais se acrescenta João António das Neves, exerceram cargos de vereador, administrador

Quadro 5 Advogados existentes no distrito de Angra em 1905 e 1908

Localidades	Nomes	Bacharel	Posição social da família de origem
Angra	António da Fonseca Carvão Paim da Câmara	Sim	Fidalguia
	João Torcato Coelho da Rocha	Sim	Classe média alta
	Cândido de Meneses Pacheco de Melo Forjaz de Lacerda	Sim	Fidalguia
	João de Bettencourt de Barcelos Machado	Sim	Fidalguia
	Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges	Sim	Fidalguia
	Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges	Sim	Fidalguia
	João António das Neves	Não	Lavradores
Praia	Constantino J. Cardoso Júnior	Não	Lavradores
	Francisco Luís de Araújo	-	-
Santa Cruz da	Francisco Teles Pinto Leão	Não	-
Graciosa	Francisco Vicente Ramos	Não	Classe média
	Cirino Victor da Silva	Não	-
Velas	António J. Carmo Rodrigues Sarmento	Sim	Classe média
	Manuel de Andrade	Não	Pequena burguesia
	Manuel Vitorino Amarante	Não	Nobreza local

Fonte: *Almanaque Açores* para 1905 e 1908, pp. 7-12 e 15-21.

do concelho ou governador civil de Angra do Heroísmo. Pedro e Teotónio de Ornelas Bruges, Cândido Forjaz de Lacerda e António Carvão Paim da Câmara foram ainda destacados influentes na política e na organização dos partidos no distrito.[34]

Se olharmos para a lista dos advogados do *Almanaque Açores para 1912* encontramos outras pequenas diferenças. Para além de vários dos nomes já citados anteriormente, com o grau de licenciado aparecem-nos agora três filhos de comerciantes e industriais, militares de boa origem burguesa ou lavradores abastados, respectivamente Henrique Braz, Francisco Lourenço Valadão Júnior e Luís da Silva Ribeiro.[35] Qualquer um deles desempenhará um papel de destaque na política e nos meios intelectuais locais nos anos que se seguem. As origens sociais dos membros da classe média alta permanecem as mesmas, embora o contingente oriundo das elites tradicionais se veja cada vez mais reduzido.

No grupo dos médicos (quadro 6) verificava-se a mesma mistura de algumas novas entradas e de uma forte reprodução de outras tantas famílias, traços que já tínhamos observado para os advogados. No entanto, aqui, as prestações noutras actividades públicas limitavam-se aos lugares de guarda-mor, delegado ou subdelegado de saúde, médico de partido municipal, registando-se ainda algumas passagens pelos estrados dos liceus. A participação nos cargos electivos parece em menor grau, mas é, igualmente, certo que para este grupo profissional os dados são em menor quantidade.[36] Uma pequena amostra dá-nos mais claramente o peso da reprodução neste grupo. Alfredo da Silva Sampaio, sócio de várias sociedades científicas, professor do liceu, director do Posto Meteorológico e autor de uma monografia sobre a Terceira era filho do também médico José Augusto Nogueira Sampaio e neto de um outro médico, desta feita da carreira militar, José Gomes de Sampaio.[37]

Quadro 6 Médicos existentes no distrito de Angra (1905)

Localidades	Nomes	Bacharel	Posição social da família de origem
Angra	Alfredo da Silva Sampaio	Sim	Classe média alta
	Manuel António Lino	Sim	-
	Manuel Vitorino de Bettencourt	Sim	Classe média
	Maria Teodora Pimentel	Sim	Pequena burguesia
	Rodrigo Zagalo Nogueira	Sim	Classe média alta
	António dos Santos Cordeiro	Militar	-
	Guedes Pereira	Militar	-
Praia	Alexandre Pamplona Ramos	Sim	Classe média
	Fernando Touret	Sim	Classe média
Santa Cruz da Graciosa	José de Deus Vieira	Sim	-
Calheta	António Martins Ferreira	Sim	-
	Ricardo José Vera Cruz	-	-
Velas	António Maria do Carmo Rodrigues	Sim	Classe média
	Trajano Baptista Pereira	Sim	Médios proprietários rurais e negociantes

Fonte: *Almanaque Açores* para 1905 e 1908, pp. 7-12 e 15-21.

De igual modo, um dos filhos do velho Rodrigo Zagalo Nogueira, filho de um juiz que terminou a carreira no Supremo, e tio do citado José Augusto, veio a tornar-se médico da carreira militar.[38] Assim, dos seis médicos que nos surgem recenseados no *Almanaque Portugal para 1856* como estando a exercer na cidade de Angra do Heroísmo quatro foram pais de outros profissionais da medicina, desconhecendo-se a informação sobre os restantes dois; um ainda estava activo em 1905, outros dois formaram uma quase dinastia onde a profissão passou de pais para filhos, um quarto seria pai de um lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, mais tarde seu director.[39]

Os filhos do médico António Maria do Carmo Rodrigues serão funcionários públicos e advogados, começando alguns deles a sua carreira na longínqua vila de Velas. Alexandre Pamplona Ramos, importante influente político no concelho da Praia, era filho de um médio proprietário e jornalista com algumas costelas fidalgas e pelo lado materno neto do abastado morgado Alexandre Martins Pamplona Corte Real. O irmão do clínico Alexandre, Francisco Vicente Ramos, foi funcionário público e advogado provisional na Graciosa em 1905 e 1908; casou-se por duas vezes com duas filhas da mesma classe média local de empregados e médios proprietários detentores de elevados capitais escolares e culturais. A sua irmã Amélia uniu-se a José Narciso Parreira Fagundes, descendente de uma família de riquíssimos lavradores com uma trajectória social de elevada mobilidade ascendente; a outra mana, Leonor, casaria com João Moniz de Sá Menezes Corte Real, amanuense do governo civil de Angra, funcionário que também passou pela administração do concelho da mesma cidade e que era filho de um morgado empobrecido e ainda parente de sua mulher; a última das irmãs contraiu matrimónio com o já referido médico Alfredo da Silva Sampaio.[40] Esta família pode bem funcionar como exemplo

da trajectória social e dos casamentos e laços que uniam a classe média da Terceira e que a faziam reproduzir a sua posição ou iniciar trajectórias de mobilidade social ascendente.

Quer Manuel António Lino, quer Maria Teodora Pimentel vêm de famílias muito modestas e pouco conhecemos do seu percurso biográfico inicial. Da segunda sabemos apenas que antes de se licenciar em medicina foi professora primária numa escola da cidade. No entanto, os seus nomes ficaram marcados pelos desempenhos políticos, culturais e de beneficência que tiveram ao longo das suas vidas. Manuel António participou activamente em quase todas as sociedades e grupos locais ligados ao teatro e à poesia; foi, a partir de 1900, delegado de saúde do distrito de Angra; apoiante entusiasta de João Franco exerceu, ainda, por alguns meses, o cargo de governador civil da Horta, em 1906. Maria Teodora, filha de uma pobre viúva, era um pouco a imagem do anjo dos pobres, da médica empenhada e benemérita. Quer um quer outro morreram solteiros.[41] Mas se não adquiriram capitais sociais pelo matrimónio, a sua grande notoriedade era conseguida através do seu papel na sociedade local. Manuel António Lino era recebido nas melhores casas da cidade e Maria Teodora uma figura irrepreensível numa sociedade onde as mulheres apenas começavam a estudar nas universidades e a iniciar carreiras nos serviços públicos. Manuel Vitorino Bettencourt, embora filho de gente de pequenas posses, tinha uma costela fidalga que o ligava a um pequenino morgado e antigo tenente de artilharia.[42] Regressando a Angra veio a casar-se com uma filha do 2.º conde de Siueve de Menezes. Comparando os dados de 1905 com os do Almanaque de 1912, as diferenças entre os médicos de Angra reduziam-se à chegada de Joaquim Bartolomeu Flores. Filho de um pequeno comerciante da cidade era, no entanto, cunhado de um abastado emigrante regressado da Nova Zelândia, António Teixeira Brasil, que ainda apoiou um seu irmão a cursar a Escola Veterinária.[43]

Parte destes médicos vêm de fora dos Açores. Fernando Touret provinha de uma família de bacharéis e engenheiros da classe média do Porto. Chegou às ilhas através do seu casamento com a irmã de um ex-colega da Escola Médica Cirúrgica, instalando-se mais tarde em Angra.[44] Nada sabemos quanto às origens sociais de José de Deus Vieira, pouco conhecemos de Ricardo José Vera Cruz, e temos escassas notícias quanto a António Maria do Carmo Rodrigues. O segundo esteve no partido médico do Topo entre 1897 e 1919, ano em que se aposentou, o terceiro, chegou a São Jorge como guarda-mor de saúde em 1886, tendo acompanhado de perto a política da vila de Velas no final do século, como um dos principais notáveis regeneradores. Contudo, sairá da ilha pouco antes de 1910, deixando o lugar para Trajano Baptista Pereira, um filho da média burguesia abastada da terra, neto materno de um capitão de milícias, por sua vez filho de uma das grandes casas vinculares da ilha.[45]

Nas ilhas mais pequenas a existência desta aristocracia das classes médias, que eram os profissionais liberais, era mais escassa e menos dotada de capitais. Se no que se refere aos advogados ela era formada por funcionários públicos e notáveis da política local, no caso dos médicos o grupo era maioritariamente constituído por indivíduos que vinham do exterior das ilhas. Poucos ou muito poucos dos locais que se licenciavam, regressavam. Ficavam por Angra, Ponta Delgada ou

então iniciavam uma carreira no continente. Os lugares de médicos em São Jorge ou na Graciosa eram, assim, maioritariamente, ocupados por indivíduos, que sem grandes capitais económicos e sociais, e com desempenhos escolares mais fracos, eram atirados para a periferia longínqua das pequenas ilhas. Parte deles nunca se chegava a instalar definitivamente, embora pudessem desempenhar cargos de destaque na política local, regressando ao continente após anos de trabalho no arquipélago. Outros, como António Martins Ferreira, natural da ilha da Madeira e formado pela Escola Médica do Funchal, criaram raízes e tiveram um desempenho importante como administradores do concelho, presidentes da câmara e chefes concelhios dos partidos monárquicos e, mais tarde, dos republicanos.[46] Perante o esvaziamento das elites locais, tomaram uma posição de crescente importância, à qual o seu estatuto de funcionários e o seu capital escolar acrescentava peso.

Conclusão

O mundo da burguesia nas pequenas cidades de província era bem mais segmentado e hierarquizado do que à partida uma leitura rápida poderia fazer supor. Ao contrário da velha imagem de uma Angra aristocrática, surge-nos uma cidade onde burgueses, classes médias, fidalgos de antiga matrícula, outros morgados e nobres coexistiam num espaço social, onde as posições de elite manifestavam uma crescente fusão entre os vários segmentos. Contudo, este processo não significa que não se tenham estabelecido novas fronteiras e novas marcas de distinção, construídas através da posse de diplomas, das práticas culturais, das sociabilidades, dos seus espaços e, do jogo quotidiano das boas maneiras e do saber estar e dispor de si no espaço público. A própria pequenez de todo este mundo propiciou uma compressão do conjunto das elites locais que ajudava a sedimentar um forte denominador comum de práticas, redes e espaços, contribuindo para tornar mais difícil a progressão dos que ascendiam a partir de posições mais baixas.[47] Se a sociedade local parecia agora mais aberta aos grupos sociais intermédios, tal não significou necessariamente um maior democratização ou um aumento considerável da mobilidade social das fracções mais despossuídas de recursos. O acesso às fracções do topo da elite de distrito ainda era muito influenciado pelas origens sociais, mesmo que os diplomas, as redes e o recrutamento junto de áreas institucionais selectivas e prestigiadas como a burocracia estatal ou as forças militares tivessem um peso crescente.

O capital cultural, uma escolaridade prolongada e uma ligação privilegiada ao Estado foram factores que se tornaram, cada vez mais decisivos na mobilidade social e na identificação das fracções da elite de distrito. Nas décadas finais do século XIX o tempo em que dominavan uns poucos capitalistas e negociantes, ricos e patrícios, nobres e fidalgos cheios de pergaminhos e brasões, vivendo opulentos das suas rendas, negócios e vínculos, integrados em parentelas extensas, cobertos por um estatuto adscritivo que os fazia monopolizar os cargos de poder e a intermediação com o exterior, era uma fotografia a ganhar tons de sépia. Porém, ela vinha de um passado relativamente recente, onde ainda se reconheciam os protagonistas e as suas histórias.

Sem que se manifeste uma reprodução esmagadora, parte das velhas famílias e alguns dos seus ramos secundários conseguiram reproduzir a sua posição no espaço social através do capital escolar e da sua ligação ao emprego público. Este fenómeno deu origem a algumas famílias da classe média abastada que, mais tarde, veremos a casar com fortunas do comércio e dos negócios e a formar dinastias burguesas que se irão manter por muitos anos. Mesmo sem a terra e os símbolos associados ao modelo de reprodução vincular continuavam a poder viver nobremente.[48] No entanto, o universo da elite de distrito, se bem que estreito, tinha alguma abertura, de modo que as entradas de novos membros neste universo foram sucedendo a um ritmo progressivo. Filhos de comerciantes e negociantes de Angra, de recente fortuna, regressados com os seus diplomas e em cujos bolsos ou trajectória virtual se perfilhavam as libras das heranças, eram aceites e integrados no seio da elite. Nalguns casos, a fortuna podia mesmo ser relativamente modesta, ou o indivíduo vir de fora dos pequenos mundos das ilhas, mas para o novo bacharel o circuito do poder, da política e um emprego prestigiado, bem remunerado ou, pelo menos, estável, abriam-lhe as portas das sociedades e assembleias, e das casas das boas famílias.

A actividade directa nos negócios, no crédito, nas profissões liberais ou nos cargos mais destacados das redes periféricas da burocracia estatal não era incompatível com determinados comportamentos aristocratizantes, socialmente reconhecidos como sendo de elite ou de distinção. Estes poderiam manter-se ou mesmo aprofundar-se nas novas gerações, dependendo do sucesso e das estratégias de mobilidade das famílias, num movimento que as afastaria sempre do trabalho e da participação directa nos negócios. Nas últimas décadas do século XIX, ao fim de umas poucas gerações de sucesso, moldava-se um grupo relativamente coeso que se assemelhava no capital económico, mas também nos capitais cultural, social e simbólico, capaz de ter os mesmos modos de vida, as mesmas formas de lazer e, por vezes, até a mesma *hexis* corporal e comportamento social em interacção com terceiros. Todas estas características eram ainda reforçadas através do aprofundamento dos laços de parentesco — que contribuíam para unificar os símbolos de classe — pelas manifestações de caridade e de poder, e pelas formas de exposição pública de si e da sua riqueza. Porém, se esta nova elite das províncias aparecia como um grupo aparentemente dotado de características próprias, partilhadas por todos, a verdade é que era, igualmente, um grupo segmentado, onde os vários componentes tinham as fronteiras relativamente marcadas pela diferente combinação e peso dos recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos que detinham.

Estudos intensivos semelhantes deveriam ser testados noutras regiões e cidades do país, alargando-se as amostras e as variáveis de classificação; uma outra via passaria pela realização de trabalhos mais aprofundados sobre profissões ou grupos sociais. Infelizmente, a recente redescoberta da História Política narrativa foi acompanhada por um inexplicável e crescente apagamento da História Social que convém começar a contrariar. Na verdade, elas não se excluem, pelo contrário, complementam-se.

Notas

1 Para uma discussão em torno do conceito de meios burgueses e burguesia veja-se o clássico volume dirigido por Jurgen Kocka e Allen Mitchell (orgs.) (1993), *Bourgeois Society in the Nineteenth Century Europe*, Oxford: Berg, e entre outros, Raffaele Romanelli (1988) "Sullo studio delle borghesie ottocentesche", em Alfio Signorelli (org.) *Le Borghesie dell'Ottocento*, Messina: Sicania, pp. 9-43. Para Portugal ver Maria Antonieta Cruz (1999), *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do século XIX*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida e Fernando Taveira da Fonseca (1993), "Elites e Classes Médias", em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 459-477.

2 Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas: Poder, Trajectórias, e Reprodução Social dos Grupos Dominantes no Distrito de Angra do Heroísmo (1860-1910)*, dissertação de mestrado, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

3 Palmela M. Pilbeam (1990), *The Middle Classes in Europe 1789-1914: France, Germany, Italy and Russia*, Londres, MacMillan. Para mais detalhes e uma excelente introdução ao problema numa perspectiva europeia comparada veja-se o artigo de Xoxé M. Nunez Seixas (1996), "Una clase inexistente? La pequena burguesia urbana española (1808-1936)", *Historia Social*, n.º 26, pp. 19-45. Para uma discussão sobre a historiografia ver também a obra colectiva dirigida por Pierre Guillaume (org.) (1998), *Histoire et Historiographie des Classes Moyennes dans les Sociétés Développées*, Talence: MSHA.

4 Mas este mundo do pequeno e médio comércio, que pouco se relaciona com a elite do distrito e cuja caracterização é bem mais difícil, necessitaria de um trabalho muito intensivo com fontes notariais e com os fundos sem paradeiro conhecido do Tribunal do Comércio de Angra.

5 Durante o Antigo Regime seria impossível confundir patrões, donos de oficinas-lojas, mestres e oficiais, dos aprendizes e empregados indiferenciados. Normalmente os patrões e oficiais tinham já um maior grau de alfabetização e uma razoável cultura política.

6 Veja-se a lista de literatos e jornalistas em Alfredo Luís de Campos (1903), *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, Angra: Tip. Municipal, pp. 378-400.

7 Este quadro era mais pesado nos serviços fiscais, nos correios, nas alfândegas, nas repartições distritais e na administração municipal, serviços que numa cidade de província concentravam o grosso da administração do Estado. Só o Código Administrativo de 1878 é que veio regular o acesso aos lugares de amanuense e oficial nas repartições distritais. Na administração municipal as coisas demoraram ainda mais umas décadas e apenas a legislação administrativa promulgada por José Dias Ferreira, em 1892, é que veio introduzir o princípio do concurso para estes lugares. Cf. Pedro Tavares de Almeida (1995), *A Construção do Estado Liberal, Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, tese de doutoramento, FCSH-UNL, pp. 246-249. Para as perseguições políticas veja-se por exemplo o cap. V p. 259. Ver também um estudo de caso em Paulo Silveira e Sousa (2006), "A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal

(1832-1878)", em Pedro Tavares de Almeida e Rui Branco (orgs.), *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Livros Horizonte, no prelo.

8 Pedro Tavares de Almeida (1995), *A Construção do Estado Liberal*, p. 247-248.

9 Pedro Tavares de Almeida refere que os funcionários da administração central portuguesa eram em 1853 cerca de 10 mil, elevando-se em 1890 a 22 mil. Se bem que não existam números para a evolução dos corpos de funcionários da administração local e distrital, pensamos que estes também devem ter registado aumentos significativos. Cf. *A Construção do Estado Liberal...*, pp. 244-245.

10 Num trabalho mais desenvolvido sobre estas classes médias convinha criar determinados limites que estipulassem intervalos quantitativos entre os rendimentos auferidos pelos membros dos diferentes grupos, por exemplo, tomando como base o pagamento de impostos e os salários recebidos. Desta forma, tornar-se-ia mais fácil avaliar o peso destes grupos neste espaço social. Infelizmente, estas questões caem fora dos limites deste artigo.

11 Gonçalo Nemésio (1987), *Azevedos da Ilha do Pico, a Descendência de Francisco de Azevedo, Capitão de Milícias, e de sua Mulher D. Maria da Terra*, Lisboa, Ed. de Autor, pp. 159 e segs.

12 Veja-se o periódico *A Terceira*, dos meses de Fevereiro a Agosto de 1885. Manuel Alves Bettencourt começara a sua vida como simples marinheiro; em 1870 comandava já o patacho S. Salvador que transportava pessoas e carga entre os Açores e Lisboa; na década de 1880 já se encontrava estabelecido e era ainda agente da companhia de seguros Portugal.

13 Num trabalho mais definitivo, convinha quantificar estas questões para tentar saber em que medida os novos funcionários do *Leviathan* liberal não vieram de entre os filhos das classes médias mais antigas ou com maior acesso aos capitais escolar, cultural e relacional.

14 Jacinto Cândido da Silva (1962), "Autobiografia", apresentação e prefácio de José Lopes Dias, Separata dos *Estudos de Castelo Branco*, pp. 21-26.

15 Eduardo de Campos de Azevedo Soares (1908), *Nobiliário da Ilha Terceira*, Porto: Fernando Machado Editores, vol. I, pp. 306-07 e vol. II, pp. 321-325. E também Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Inventários Orfanológicos, Fernando Joaquim de Sousa e Rocha/ Maria Joaquina Ramos Rocha, Maço 733, 1860.

16 BPARAH, Inventários Orfanológicos, Fernando Rocha/ Artur Fernando Rocha, Maço 946, 1891, n.º 15.

17 Veja-se Eduardo de Azevedo de Campos (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 337-340.

18 Para mais informações sobre esta família veja-se Jorge Forjaz (1987), *Os Monjardinos, Uma Família Genovesa em Portugal, Açores e Brasil*, Angra: Edição de Autor.

19 Eduardo de Campos de Azevedo (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. III, pp. 137-140.

20 BPARAH, Pedro Álvares da Câmara Paim de Bruges/ Genoveva Canto Paim de Bruges, Mç 10, 1910, n.º 160. Recordemos apenas que o avô de Pedro Bruges, o 1.º

conde da Praia da Vitória teve um papel central na utilização dos Açores como plataforma de conquista do continente pelas forças liberais em 1829-1832. Foi também um dos mais ricos morgados da ilha Terceira. Porém, quando faleceu em 1870 a sua *casa* estava já bastante endividada e decadente.

21 Nas sociedades contemporâneas a escola não tem apenas uma vocação maioritariamente técnica e de disponibilização dos saberes de base. Ela possui igualmente uma vocação ideológica e reprodutora da estrutura de classes e da estrutura das relações simbólicas entre as classes, assumindo-se como o principal factor de mobilidade e como uma das principais instâncias de legitimação das desigualdades sociais. Ver os textos clássicos de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1964), *Les héritiers: les étudiants et la culture*, Paris: Minuit e (1968) *La reproduction* (tradução portuguesa: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Vega, s. d.).

22 Dados publicados n' *O Respigador* de 20 de Julho de 1890.

23 Alfredo Luís de Campos (1903), *Memória da Visita Régia...*, pp. 366-378.

24 O conceito de *habitus*, vulgarizado por Pierre Bourdieu, pode ser rapidamente descrito como um conjunto de disposições que funciona, dentro de determinadas posições sociais, quer como um princípio gerador e unificador das práticas, estilos de vida, escolhas e acesso a bens, quer como princípio diferenciador, portador de visões, gostos e distinções face aqueles que estão colocados noutras posições. Cf., entre outros textos, Pierre Bourdieu (1985), "A génese dos conceitos de *habitus* e de campo", em *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel, 1989, pp. 59-73. Para uma boa síntese sobre a perspectiva sociológica deste autor ver Pierre Bourdieu, (1994), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Lisboa: Celta, 1997.

25 Paulo Silveira e Sousa (2004), "As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a segunda metade do século XIX", *Arquipélago* (série História), vol. VIII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 113-170.

26 Seria o avô materno do poeta Fernando Pessoa. Ver Paulo Silveira e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, p. 159.

27 Eduardo de Azevedo Soares (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 426-427.

28 José Cândido da Silveira Avelar (1902), *A Ilha de S. Jorge (Açores), Apontamentos para a sua História*, Horta: Tip. Minerva Insulana, pp. 227-229.

29 Ver as pequenas biografias existentes em Alfredo Luís de Campos (1903), pp. 365-400.

30 Gonçalo Nemésio (1994), *Uma Família do Ramo Grande, Ilha Terceira*, Lisboa, Ed. de Autor, p. 110.

31 Paulo Silveira e Sousa (2000), "As actividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: Um mundo de possibilidades escassas", *Arquipélago* (série História), vol. IV, 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 113-172.

32 Todos estes dados foram retirados dos *Almanaques Açores* para os anos de 1904 a 1908 e cruzados com Alfredo Luís de Campos (1903), pp. 365-400.

33 Alfredo Luís de Campos (1903), pp. 365-400.

34 Para mais dados sobre estes protagonistas locais da política ver Paulo Silveira

e Sousa (1998), *As Elites Periféricas...*, pp. 289-306, e (2003), "Elites e espaços políticos locais na segunda metade do século XIX: um estudo sobre os concelhos do distrito de Angra do Heroísmo", *BIHIT*, vol. LXI, no prelo.

35 *Almanaque Açores* para 1912, p. 32.

36 Para mais informações sobre os médicos do distrito cf. Manuel de Sousa Menezes (1957), "Médicos, cirurgiões e outros da arte de curar na ilha Terceira", Angra, separata do *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira (BIHIT)*, vol. XV, pp. 49-61.

37 José Gomes de Sampaio era sogro do conselheiro José Silvestre Ribeiro, que foi governador civil, deputado, par do reino, publicista e especialista em direito administrativo.

38 Veja-se Eduardo de Azevedo de Campos (1908-1909) *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. II, pp. 448-450.

39 Referimo-nos neste último caso a Nicolau Caetano de Bettencourt Pita e a seu filho Manuel Nicolau de Bettencourt Pitta. Os restantes médicos em 1856 eram Manuel Gomes Sampaio, José Augusto Nogueira Sampaio, Rodrigo Zagalo Nogueira, Luís Augusto Pedro de Sande (militar), e António José de Amorim, ver *Almanaque Portugal para 1856*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 586-587.

40 Domingos de Araújo Afonso e Rui Dique Travassos Valdez (1932), *Livro de Oiro da Nobreza, Apostilhas à Resenha das Famílias Titulares de João Carlos Feo Cardoso Castelo Branco Torres e Manuel de Castro Pereira de Mesquita*, vol. III, Braga: Tip. Pax, pp. 387-393 (Condes de Subserra).

41 Agradeço ao Dr. Jorge Forjaz estas notas biográficas. Veja-se também Manuel de Sousa Meneses (1957), "Médicos, cirurgiões e outros...", pp. 60-61.

42 Eduardo de Azevedo Soares (1908-1909), *Nobiliário da Ilha Terceira*, vol. I, pp. 95-96; e "Cartas que João José de Bettencourt e Ávila dirige a seus filhos José Bettencourt da Silveira e Ávila e Maria Antónia de Bettencourt principiadas em Junho de 1845 na Vila do Topo", em BIHIT, vol. II, 1943, 2.º tomo, pp. 215-262.

43 Agradeço ao Dr. Jorge Forjaz estas notas biográficas.

44 Padre Manuel de Azevedo da Cunha 1981 (1906), *Notas Históricas (Recolha introdução e notas de Artur Teodoro de Matos)*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, vol. I, p. 39 e vol. II p. 948 e José Cândido da Silveira Avelar (1902), *Ilha de São Jorge...*, p. 219. E informações do Dr. Jorge Forjaz.

45 José Leite Pereira da Cunha, *Os Silveiras da Ilha de São Jorge*, trabalho genealógico ainda inédito.

46 Na legislatura de 1925 chegou a ser eleito senador pelo distrito de Angra. Sobre António Martins Ferreira, veja-se José Guilherme Reis Leite (1996), *Política e Administração nos Açores, 1890-1910*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, vol. de anexos, p. 61.

47 Paulo Silveira e Sousa (2004), "As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a segunda metade do século XIX"..., pp. 113-170.

48 Sobre os modelos familiares nobres existem vários estudos de Nuno Monteiro, veja-se, por exemplo, uma sua síntese em (1993), "Sistemas Familiares", em José Mattoso (org.), *História de Portugal*, IV vol., *O Antigo Regime* (coordenação de A. M. Hespanha), Lisboa: Círculo de Leitores.